



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

EXTRATO DE ATA N.º 01/2016-CPJ, REUNIÃO ORDINÁRIA ADMINISTRATIVA DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, REALIZADA NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2016

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às onze horas e trinta, no Gabinete do Exmo. Procurador-Geral de Justiça, 3.º andar do Edifício-Sede, sito na Av. Cel. Teixeira, n.º 7.995 – Nova Esperança, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, reuniu-se, ordinariamente e em caráter administrativo, o egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, presentes o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor **CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO**, Presidente, e os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, Doutores, **ALBERTO NUNES LOPES, SANDRA CAL OLIVEIRA, NOEME TOBIAS DE SOUZA, SILVANA MARIA MENDONÇA PINTO DOS SANTOS, SUZETE MARIA DOS SANTOS, NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO, PEDRO BEZERRA FILHO, MARIA JOSÉ DA SILVA NAZARÉ, JOSÉ ROQUE NUNES MARQUES, JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA, PÚBLIO CAIO BESSA CYRINO, MAURO ROBERTO VERAS BEZERRA e CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA**. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, Doutores, **RITA AUGUSTA DE VASCONCELLOS DIAS** (em compromisso institucional pela Ouvidoria do Ministério Público), **FLÁVIO FERREIRA LOPES** (Férias, 07.01 a 05.02.2016 – Portaria n.º 2531/2015/PGJ), **CARLOS ANTÔNIO FERREIRA COÊLHO** (Férias, 07.01 a 05.02.2016 – Portaria n.º 2531/2015/PGJ), **FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO DA CRUZ** (em compromisso institucional),



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

MARIA JOSÉ SILVA DE AQUINO (Férias, 04.01 a 02.02.2016 – Portaria n.º 2531/2015/PGJ), **ANTONINA MARIA DE CASTRO DO COUTO VALLE** (Férias, 07.01 a 05.02.2016 – Portaria n.º 2531/2015/PGJ), **JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS** (Consulta Médica) e **LIANI MÔNICA GUEDES DE FREITRAS RODRIGUES** (Férias, 07.01 a 05.02.2016 – Portaria n.º 2531/2015/PGJ) **I – Abertura, conferência de quorum e instalação da sessão:** Procedeu-se à verificação de quorum, sendo a reunião de pronto instalada, haja vista a presença de quatorze Procuradores de Justiça. **II – Leitura do expediente e comunicações do Presidente:** Com a palavra, o Senhor **Presidente** disse: a Administração está adotando as medidas cabíveis quanto ao atraso de menos de 24h no repasse do pagamento da remuneração dos membros ministeriais, ocorrido no dia 26.01.2016, que recebem por outros bancos que não a Caixa Econômica Federal. Esta já foi instada a se manifestar, bem como a situação já foi levada ao conhecimento do Banco Central do Brasil para providências. **III – Leitura da Ordem do Dia:** Assunto para discussão: 1. Atos de cortes de despesas da Procuradoria-Geral de Justiça para o exercício de 2016. **IV – Discussão das matérias constantes da Ordem do Dia:** com a palavra, o Senhor **Presidente** disse: os R\$ 232.000.000,00 previstos para o orçamento de 2016 não serão executados. Da estimativa mensal de R\$ 19.000.000,00, está se concretizando, em média, R\$ 17.000.000,00. O Senhor **Presidente** explanou os detalhes da minuta de Ato PGJ, que visa adequar os gastos do Ministério Público do Estado do Amazonas à realidade financeira. Com a palavra, a Procuradora de Justiça **Jussara Maria Pordeus e Silva** disse: faz-se necessária a criação de uma chefia para o NATJUR vez que precisa aumentar a produtividade do setor e haver a estipulação de metas, bem como ponderou que a extinção da GEC traria economia ao *Parquet*; declarou que durante o gozo das suas férias, em intervalos iguais ou inferiores a 10 (dez) dias, não precisa, em prol do interesse público, baixar portaria ampliando atribuições de membros para responder pela Procuradoria de Justiça da qual é titular. Quanto ao CEAF sugeriu que o órgão fosse estruturado de forma que viabilizasse a geração de receitas para Instituição, através da realização de cursos, nos moledes da ESMAM. Com a palavra, o Procurador de Justiça **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: as atas do CPJ e CSMP poderiam ser resumidas, por extrato, para economizar papel. Sobre a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

redução do horário, ponderou que poderia, para suprir eventuais urgências de prazos após as 14h, ser disponibilizado o SAJ e token em computadores de uso doméstico dos membros ministeriais. Da mesma forma sugeriu que a recusa no aceite de portarias de designações, de ônus menor para a Instituição, e a ampliação de atribuições fossem computadas para fins de avaliação do merecimento em processos de promoção e remoção por merecimento. A seguir o Senhor **Presidente** esclareceu que pretende criar área no sítio virtual da Procuradoria-Geral de Justiça, ofertando inscrição a todos os membros interessados em aceitar designações para cobrir as agendas/pautas disponíveis. Com a palavra, o Procurador de Justiça **José Roque Nunes Marques** disse: convém cortar os gastos relativos a pagamento de comissão de concurso para seleção de estagiários de Direito, considerando que o processo seletivo pode ser realizado dentre as atribuições ordinárias dos cargos da carreira e do quadro de servidores. Sobre a estipulação do prazo de 7 dias de antecedência para requerimento de passagens aéreas, com o intuito de evitar pagamento de tarifa cheia, sugeriu que o mesmo fosse ampliado para 15 dias, acentuando a redução de preço pago por item. Com a palavra, a Procuradora de Justiça **Maria José da Silva Nazaré** sugeriu, dentre os pontos não abordados na minuta apresentada, a adoção de telefonia VOIP, uso da ferramenta Skype e liberação do sinal de Wifi no edifício sede para membros e servidores, tudo com o fito de reduzir ligações e deslocamentos de longa distância. Também sugeriu a eliminação das agências de viagens no fornecimento de passagens aéreas. Igualmente destacou que é mais econômico a AAMP e a Procuradoria-Geral de Justiça trazerem palestrantes de cursos de aperfeiçoamento funcional ao invés de pagar diárias e passagens para grande número de membros frequentarem aqueles de curta duração. O Senhor **Presidente** franqueou a palavra ao Presidente da AAMP, o Promotor de Justiça **Reinaldo Alberto Nery de Lima**, que disse: louvável a sugestão da Dra. Maria José da Silva Nazaré e será levada em consideração em eventos futuros. Este prosseguiu e sugeriu que as despesas dos membros com deslocamentos e diárias para cumprimento de compromissos relativos às funções eleitorais fossem custeadas pela Justiça Eleitoral. Com a palavra, o Senhor **Presidente** disse: não há viabilidade técnica, sob pena de comprometer a eficiência dos serviços de rede da sede, de atender num primeiro momento a liberação do sinal de Wifi. Por fim, o Senhor Presidente ressaltou a importância da contribuição do egrégio Colégio



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

de Procuradores de Justiça nos anteprojetos de lei, ainda por serem distribuídos no Colegiado, necessários à adequação dos gastos da Procuradoria-Geral de Justiça. **V – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,, **Leda Mara Nascimento Albuquerque**, Secretária, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO

Presidente do e. Colégio de Procuradores de Justiça

ALBERTO NUNES LOPES

Membro

SANDRA CAL OLIVEIRA

Membro

NOEME TOBIAS DE SOUZA

Membro

SILVANA MARIA MENDONÇA PINTO DOS SANTOS

Membro

SUZETE MARIA DOS SANTOS

Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Membro

PEDRO BEZERRA FILHO
Membro

MARIA JOSÉ DA SILVA NAZARÉ
Membro

JOSÉ ROQUE NUNES MARQUES
Membro

JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA
Membro

PÚBLIO CAIO BESSA CYRINO
Membro

MAURO ROBERTO VERAS BEZERRA
Membro

CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA
Membro